
A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO FILOSÓFICO

Prof^a. Dr^a. Maria Florice Raposo Pereira
Universidade Federal do Ceará
geograf@ufc.br

RESUMO

A compreensão do pensamento geográfico através do tempo histórico passa pela compreensão do pensamento filosófico. A Geografia tem suas origens no conhecimento global da antiguidade que buscava explicar o mundo e a existência do homem no mesmo, e era definido, genericamente, como Filosofia. Entretanto, este saber só ganha aval de ciência nos séculos XVIII e XIX. Como as demais ciências, os seus pensadores e as suas escolas, acompanharam as tendências teóricas de cada momento, frutos de contextos históricos e de interesses econômicos e ideológicos diversos. Este artigo tece considerações genéricas sobre as possíveis relações entre o pensamento de alguns filósofos e determinadas teorias ou princípios defendidos por geógrafos consagrados, não se considerando conclusivas ou verdades absolutas as idéias nele defendidas.

Palavras-chave: Geografia, Filosofia, História.

ABSTRACT

The changing concept of geography throughout history can only be understood based on the comprehension of philosophy. Geography has its origins in the holistic knowledge of antiquity which tried to explain the world and the human being in it and was simply known as philosophy. Only in the 18th and 19th century geography was acknowledged as a science. As in all fields of science its thinkers and schools followed the tendencies and theories of their times, which were influenced by their historical context and economical and ideological interests. This article ponders over a possible connection between the ideas of some philosophers and certain theories and axioms supported by acknowledged geographers. The resulting insights may neither be considered conclusive nor the absolute truth.

Keywords: Geography, Philosophy, History.

Introdução

O homem não se concebe fora do espaço. “O que não está em nenhum lugar não existe”, já dizia Aristóteles em sua Física. Nem mesmo o imaterial, a alma, o espírito, o pensamento ficam fora de um posicionamento espacial. No céu, “à direita de Deus Padre”, no purgatório ou no inferno, até mesmo no indefinido limbo dos católicos ou no plano espiritual dos kardecistas, com o seu sombrio umbral e as suas luminosas cidades que tem bairros, ruas, casas, e no sonho dos poetas e dos pensadores que viajam para *Pasárgada* ou para a *Nova Atlântida* ou para a ilha de *Utopos*, a existência não material exige um posicionamento espacial. O espaço constrói-se no concreto e no imaginário, no sólido e no que se desmancha no ar. O espaço é o referencial primeiro e último do homem. O espaço Universo, Terra, país, cidade, casa, escola, prisão, hospital, computador, templo, corpo, memória, cemitério, abriga toda e qualquer possibilidade de existência. É impossível a ausência de uma concepção espacial, de um olhar ou percepção espacial em qualquer trabalho já produzido pela arte em suas diversas manifestações, pelas religiões, pela Filosofia ou pela ciência.

O desenvolvimento do “olhar geográfico” possibilita a realização de um interessante e esclarecedor hábito de observar, de especular, de tentar decifrar a concepção de espaço que diferentes artistas e cientistas registraram em seus escritos, através dos tempos. Neste momento o nosso olhar pretende deter-se em alguns filósofos que exerceram grandes influências no desenvolvimento do pensamento das sociedades em diversos momentos da História da Humanidade.

Embora a Geografia tenha sido plenamente sistematizada e incluída no rol das ciências há apenas dois séculos, os mais antigos conhecimentos definidos como geográficos datam de épocas muito remotas e, considerando-se de então as origens da Geografia, talvez ela possa ser tida como a ciência de mais longa história (Sodré: 1982).

Como o homem, para situar-se, para deslocar-se, para habitar, enfim, para viver não pode prescindir dos elementos que constituem a superfície terrestre e que são tidos como de natureza geográfica, foram eles, desde cedo, registrados pelas mais diversas civilizações.

Os gregos estão entre os primeiros a fazerem registros de dados geográficos, assim como entre os primeiros a teorizarem sobre os mesmos. Embora da Antiguidade não se encontrem trabalhos propriamente, ou especificamente geográficos, as questões relativas ao espaço são encontradas de forma dispersa em anotações de navegadores, militares e em trabalhos de matemáticos, historiadores, médicos, filósofos e literetas.

Para os gregos, a organização da vida em sociedade baseava-se na ordem da natureza, razão pela qual esta deveria ser bem conhecida. A identificação dos elementos de ordem natural, em especial os relativos às variações climáticas e topográficas, assumiam grande importância para os estudiosos das mais variadas questões, como possibilidade de explicar, entre outros fenômenos, os de natureza social, política e econômica.

O determinismo geográfico está expresso, entre outros, em Heródoto que ligava a valentia dos guerreiros ao grau de dificuldade que o meio oferecia à sobrevivência; em Hipócrates que em sua obra clássica, *Dos ares dos mares e dos lugares* defendia a teoria segundo a qual as influências do meio estabeleciam as diferenças de estatura, de cor e de temperamento entre os povos; em Platão que ligava o fortalecimento ou a fraqueza do estado à sua condição de maritimidade ou de continentalidade ou em Aristóteles que relacionava a densidade da população na polis à condição de auto-suficiência desta.

Na Grécia “democrática”, escravista, onde eram evidentes os desníveis sociais, o determinismo geográfico legitimava as contradições, a expansão e a dominação mercantil e militar e a própria concepção grega de mundo, onde a existência de dominantes e dominados seria tão normal quanto a ocorrência de espaços naturais diferenciados. A presença de uma “ordem hierárquica” social estaria relacionada à “ordem hierárquica ambiental”, admitindo-se a existência de lugares privilegiados “superiores” e de espaços “inferiores” destinados a serem explorados em prol do engrandecimento dos primeiros, assim como ocorre na hierarquia social.

A Geografia na Antiguidade Clássica, revestida do seu caráter determinista está de acordo com a racionalidade situacional da época em que se procurava estabelecer o lugar de cada “coisa” dentro de uma ordem geral. Situar o homem no seu lugar “correto” na vida era a função do saber clássico. A observação da natureza, que “ajudava” a compreender e a explicar fenômenos de toda ordem, revestia-se de um caráter contemplativo, não tinha uma função utilitária ou transformadora.

Embora a Geografia tenha se efetivado como Ciência a partir do século passado, grande parte dos seus fundamentos filosóficos é encontrada no pensamento de autores da Modernidade. O primeiro grande nome a trabalhar de forma explícita o espaço foi Galileu (1564-1642), que analisou a realidade segundo a ótica do movimento, do tempo e do espaço.

Galileu foi um dos iniciadores do método experimental que caracterizou a Modernidade. A experiência passou a ser então a base do conhecimento científico. A comprovação experimental tornou-se necessária à validação do conhecimento que só a partir daquela podia ser considerado científico. Galileu foi o primeiro articulador de uma nova racionalidade, de uma nova maneira de ver a realidade que, diferentemente da lógica da Antiguidade, não separava essência e fato que constituiriam ambos uma só coisa.

A busca da essência que seria o Universal na ciência antiga foi substituída na ciência moderna pela busca da compreensão do fato. A pergunta, o que é o homem, foi substituída por: o que são as coisas? Como podemos conhecê-las?

Em Galileu, a noção do saber a priori modificou-se. O conhecimento deixou de ser a reprodução do que está posto ao homem e passou a ser considerado uma concepção da mente e como tal passível de ser modificado de acordo com o sujeito que a concebe. A comprovação do que o cientista concebeu tem que ser, entretanto, experimentada. A Ciência parte de um projeto (a priori) que deve ser submetida a um teste (a posteriori).

Em Galileu, assim como em outros autores da Modernidade, ganhou realce o interesse pelo substrato em que o homem se coloca. A própria necessidade da experimentação que se dá a partir de coisas, de objetos, inclusive naturais, aumenta o interesse que constituiria para a Modernidade, o espaço geográfico.

Pouco citado pelos autores que fazem a análise da evolução da Geografia, a leitura de Francis Bacon (1588-1627), contemporâneo de Galileu, ajuda a compreender a passagem do conhecimento geográfico contemplativo, que buscava explicar os fenômenos, para o conhecimento instrumental que forneceria à sociedade condições de interferir na natureza, de dominá-la, de transformá-la a seu serviço. Os *aforismos sobre a interpretação da natureza e o reino do homem* colocados em sua obra *Novum Organum*, elucidam bem a concepção baconiana sobre a relação entre o saber científico e a possibilidade de utilização da natureza em benefício dos interesses do homem.

A natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto. Todas aquelas belas meditações e especulações humanas, todas as controvérsias são coisas malsãs. E ninguém disso se apercebe (1988, p. 14).

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática (1988, p. 13).

Embora longe de significar o fim do determinismo geográfico, introduziu-se então a consciência da possibilidade de interferência efetiva do homem no espaço natural com um fim utilitário, onde as diferenças sociais e econômicas determinadas pelas diferenças naturais seriam reduzidas ou acentuadas de acordo com a conveniência da sociedade. O saber em Bacon consistia num meio seguro de conquistar o poder sobre a natureza,

A idéia moderna de que a “experiência” é a base do conhecimento científico, de que as sentenças devem ser estabelecidas a posteriori às observações dos fenômenos, mantém adeptos na Geografia até os dias atuais.

A certeza da possibilidade de atuar sobre as coisas veio reforçar a importância do conhecimento dos fatos e fenômenos da natureza geográfica. No conhecimento contemplativo o estudo da natureza ajudava a compreender a ordem da sociedade, no conhecimento instrumental se expande a necessidade de investigá-la. Já que o homem não prescinde da mesma para a sua sobrevivência, conhecê-la é a forma mais segura de conquistá-la.

O uso da observação e do método indutivo na Geografia e os seus princípios só muito mais tarde estabelecidos guardam muito das *Tábuas de investigação* concebidas por Bacon e que constituem o núcleo do seu método. O princípio da analogia, por exemplo, estabelecido por Jean Brunhes no início do século XX, apresenta semelhança com a tábua de comparação de Bacon; ambos buscam comparando fatos particulares chegar a compreensão do universal.

Segundo a utopia baconiana, o bem-estar econômico e social apóia-se no controle científico da natureza e no uso adequado dos seus recursos, o que seria possível a partir do seu conhecimento minucioso. A investigação empírica, a formulação de hipóteses a partir do contato e da observação do real, proposta por Bacon é defendida hoje por muitos dos que fazem Geografia.

A influência de René Descartes (1569-1650) na Geografia é reconhecida como notável. A disjunção desta ciência em pares de categorias distintas, inversas, porém, insolúveis, tais como: Geografia Geral e Regional; Geografia Física e Geografia Humana, Geografia Urbana e Rural, ou Agrária e Industrial e, na atualidade, Geografia da Natureza e da Sociedade estaria de acordo com o sistema cartesiano proposto por Descartes. Para este filósofo, o saber constitui uma totalidade, um sistema, e cada conhecimento singular contém o todo. Esta concepção de saber fundamentaria no século XX a concepção sistêmica da Geografia.

A busca de meios técnicos de dominação da natureza que caracterizavam a Modernidade estimulou a matematização do saber e fundamentou a Geografia embrionária que só iria nascer como ciência na Contemporaneidade.

Descartes buscou a certeza absoluta e nesta busca o ponto de partida seria a dúvida, através da qual se chega aos fundamentos. O princípio da causalidade mais tarde estabelecido por Humboldt teria inspiração no racionalismo de Descartes: “como conheço” seria para a Geografia, como se constitui o fenômeno? Qual a sua causa primordial? Esta dúvida seria a mediação para o conhecimento científico que para ser considerado com tal deveria ser demonstrado, justificado e só assim considerado verdadeiro.

Em Kant (1724-1804), a influência na Geografia está mais evidente. Este filósofo lecionou Geografia Física na Universidade de Königsberg de 1756 a 1796 e enfatizou explicitamente o rótulo Geografia. As bases metodológicas desta Ciência são por ele definitivamente estabelecidas. Kant dividiu as sensações perceptivas em objetivas e subjetivas. As primeiras permitiriam a visão da natureza, objeto da Geografia Física e as segundas a do homem do qual se ocuparia a Antropologia. Kant pouco relacionou o Homem à Natureza, o contrário ocorrendo com a relação que fez entre a Geografia e a História. A primeira, de acordo com Kant, antecede a segunda a quem serviria de estrutura, já que os fatos ocorrem sempre nos lugares. A experiência humana é narrada (História) ou descrita (Geografia). A História registra os fatos ocorridos no tempo e a Geografia relata os fenômenos que se sucedem no espaço.

Reforça-se então, a idéia, até hoje aceita por muitos, do caráter predominantemente descritivo da Geografia. A dicotomia do conhecimento geográfico já está expressa na existência de uma Geografia Física e de uma Antropologia em Kant. Este filósofo realizou uma rigorosa reflexão sobre espaço, posição e região e foi o primeiro a instaurar em uma Universidade o ensino da Geografia. Não conseguiu superar, entretanto (antes estimulou), o seu caráter dualista. Para Kant, o sentido das coisas estaria no homem e não em si mesmas e foi a partir desta idéia e da sua Antropologia que surgiram as bases da Geografia Humana. Em Kant, a idéia de espaço surge como “condição de possibilidade” e fundamentaria na França no final do século XIX, a escola possibilista, criada por Vidal de La Blache (1845-1918), segundo a qual o espaço oferece possibilidades ao homem que o explora de acordo com o seu desenvolvimento técnico-científico e as suas necessidades. Esta escola seria muito útil ao avanço do moderno colonialismo, em especial o francês, nos séculos XIX e XX.

Kant classificou a Geografia como ciência empírica pragmática não especulativa e intitulou-a “Geografia Física”. A sua orientação de descrição física do mundo foi seguida por Alexander Von Humboldt (1769-1859), um dos nomes principais da sistematização da Geografia.

As mudanças do século XIX, quando a primazia das ciências naturais divide espaço com as ciências econômicas e sociais e as lutas ideológicas se acentuam, vão repercutir na Geografia que se encontra em pleno processo de sistematização. Sob a égide do imperialismo alemão que a coloca a seu serviço e a influência dos seus maiores pensadores se constitui a nova ciência.

Os grandes nomes da Geografia no século XIX lutam por estabelecer leis, princípios que norteiem a nascente ciência. Neste trabalho, a influência filosófica se faz sentir de forma confusa, num amálgama extravagante em que se somam o positivismo ao cartesianismo, ao kantismo, ao hegelianismo e ao marxismo. A descrição do sensível, a paisagem, o espaço, é feita por categorias distintas – Geografia Geral/Regional, Física/Humana etc. – que constituiriam, entretanto, uma unidade: o espaço. Este se estabeleceu a partir de leis físicas segundo uma ordem natural, mas foi, entretanto, “humanizado”...

A influência de um ou outro pensador se fez mais ou menos intensa, segundo a “escola” a que se filiava o geógrafo. Para os deterministas, por exemplo, a orientação positivista de Augusto Comte (1798-1857) e Darwin (1809 -1882) foi básica e se impôs mesmo à chamada Geografia Humana.

A influência da dialética idealista de Friedrich Hegel (1779-1859) fez-se sentir na Geografia Humana, na Alemanha. A herança idealista hegeliana, entretanto se impõe à Geografia associada aos demais fundamentos acima referidos, pois, tornou-se comum o ecletismo no uso de conceitos nem sempre compatíveis, colocados lado a lado.

Para Hegel, a Geografia é a chave para compreender a história do mundo. Não é disciplina naturalista e sim disciplina histórica que objetiva estudar as possibilidades que o meio oferece ao homem. Esta idéia já fora expressa anteriormente pelo geógrafo Karl Ritter (1779-1859). Acredita-se que Hegel sofreu a influência de Ritter, de quem também assimilou a idéia de Terra como teatro do desenvolvimento histórico da humanidade.

Hegel, em sua “Filosofia do Direito”, consagra um capítulo as bases geográficas da História e faz referências ao solo, ao clima, à posição geográfica etc. Considera que a natureza tem um papel na história universal, ao mesmo tempo em que coloca este papel como sendo “simplesmente a base geográfica”.

Em Hegel, o conhecimento geográfico assumia um caráter secundário pela relevância menor dada a realidade empírica, para ele, o objeto da Geografia. Contraditoriamente, entretanto, este autor relaciona de uma forma determinista o desenvolvimento histórico às bases naturais, físicas e assim contribui para a evolução da preocupação com o lugar, a situação, o espaço, enfim para a sistematização dos conhecimentos ditos geográficos que ajudariam a compreender a história do homem.

Mesmo estando presente em Hegel a relação determinista natureza/homem, este filósofo idealista colocou o espaço como algo que existiria antes de tudo no pensamento: a natureza para Hegel seria uma objetivação do espírito.

No século XIX, inúmeros geógrafos, tanto de filiação empirista-positivista como hegeliana, sofreram influência de Karl Marx (1818-1883). Ratzel, o pai da Geografia determinista, defendeu a idéia, segundo a qual o atendimento as necessidades materiais seria condição indispensável à realização de atividades espirituais. Jean Brunhes utilizou expressões marxistas ao classificar os fatos geográficos em produtivos, improdutivos e destrutivos. Vidal de la Blache, reconhecido não marxista, destacou a ação dos homens sobre a natureza da qual usaria as substâncias e os modelos na fabricação de seus objetos, deixando, entretanto, a sua marca, “humanizando-a”, aceitando a tese marxista das relações unitárias homem/natureza.

Foi, entretanto, a partir da segunda metade do século XX que se fez sentir mais fortemente a influência de Marx sobre a Geografia. Neste momento, esta ciência conheceu um movimento de renovação considerável que tentou romper com a perspectiva tradicional e buscar para si só novas linguagens, novas propostas, novos caminhos. Estas mudanças se dão através, principalmente, de duas vertentes: Geografia Pragmática e Geografia Crítica.

Pode-se afirmar que estas correntes representam pólos ideológicos distintos, concepções de mundos diferentes, decorrentes de posicionamentos e comprometimentos sociais diversos e dos interesses concretos a que servem.

Na vertente renovadora intitulada Geografia Crítica, a influência de Marx é tão forte que ela é chamada, por muitos, de Geografia marxista. O espaço é reconhecido como um resultado da *produção*. A natureza é vista como modificada pela ação do *trabalho* do homem. As ações humanas não podem ser vistas como comandadas pelas diferenciações naturais dos espaços, segundo a visão determinista que sempre prevalecera nas concepções geográficas.

É bom lembrar que o próprio Marx não escapou do determinismo, explicando muitas vezes as condições de trabalho, de produtividade, enfim, de vida, a partir das características naturais, embora sempre tenha destacado a ação da sociedade na transformação da natureza e argumentado que o desenvolvimento científico altera a forma de relacionamento e exploração homem/meio.

Os geógrafos críticos se posicionam em defesa de uma transformação social e colocam o saber a serviço deste processo. O conhecimento geográfico assume um conteúdo político e é considerado

um instrumento de “libertação” do homem. A “Geografia Denúncia” feita pelos críticos aponta o conteúdo de classe da Geografia Tradicional e da Geografia Pragmática e o seu uso ideológico, escamoteador das contradições sociais, legitimador das ações dos Estados e de grupos econômicos em prol da permanência ou da conquista da hegemonia.

Yves Lacoste denunciou a existência de duas Geografias: a “Geografia dos Professores”, de saber inútil, desinteressante e camufladora da outra, “Geografia dos Estados Maiores”, estratégica, ligada à prática do poder político e econômico. David Harvey emprega a teoria da renda fundiária de Marx na análise da utilização do espaço urbano. Utilizou as categorias valor-de-uso e valor-de-troca ao analisar o uso do solo urbano em sua obra clássica, *A justiça social e a cidade*. Milton Santos, o nome de maior destaque na Geografia Crítica brasileira, considerou o espaço como produto histórico, obra do trabalho, morada do homem. A compreensão da realidade social (que é espacial) exige o estudo da categoria espaço. Para Milton Santos, produzir é produzir espaços.

A vertente pragmática do movimento de renovação da Geografia, ao contrário da crítica, não se fundamenta nos ensinamentos de Marx. Faz a crítica à Geografia Tradicional pela sua inoperância como instrumento de intervenção na realidade. Defende a instrumentalização desta disciplina no sentido de torná-la aplicada. Busca uma atualização técnica e lingüística que a coloque no rol das disciplinas capazes de orientar as estratégias de uso e transformação dos espaços. Reativa as idéias baconianas de uma dominação da natureza fundamentada no desenvolvimento da técnica e as idéias cartesianas de validação do saber pela matematização.

As duas principais propostas pragmáticas, a sistêmica e a quantitativa utilizam, respectivamente, modelos de representação da realidade constituídos de elementos que se articulam em padrões regulares ou métodos basicamente matemáticos na interpretação dos fenômenos geográficos. Com o desenvolvimento da Informática, tornou-se fácil realizar pesquisas e análises segundo estas perspectivas e, em função dos dados selecionados ou dos modelos escolhidos, direcionar os resultados no sentido que se desejava alcançar. A matematização emprestou à Geografia uma aparência de cientificidade e acentuou o seu uso no planejamento, dando aos seus adeptos a ilusão da conquista de um lugar ao sol no rol das modernas e utilitárias disciplinas técnicas-científicas.

O uso da lógica formal acentuou a já existente subdivisão da Geografia em ramos que estudam fenômenos específicos separadamente sem relacioná-los. Na Geografia Humana, a influência do método analítico formal é tão forte que pode chegar a transformá-la em pura estatística. Opouco valor dado à reflexão, a absolutização do conhecimento matemático e a ausência de historicidade seriam talvez os maiores pecados desta vertente da Geografia da atualidade. Acrescente-se a estes, a idéia de neutralidade.

CONCLUSÃO

É difícil delinear com segurança a contribuição dos filósofos ao pensamento geográfico. Tal tarefa exigiria um grande aprofundamento tanto em Filosofia como em Geografia, pretensão não muito fácil de ser atingida. Entretanto, acredita-se que esta dificuldade de estabelecer entre ambos um relacionamento mais aprofundado não inviabiliza a constatação mais evidente da fundamentação filosófica do saber geográfico em seus diversos momentos.

A Geografia através dos tempos refletiu o grau de maturidade e a evolução técnico-cultural em que a humanidade se encontra. Muitos a acusam de estar décadas atrasada em relação ao estágio em que o pensamento se coloca, assimilando o seu conteúdo muito após a sua manifestação. Entretanto, este atraso, teria uma intencionalidade própria, o pensamento impõe-se à Geografia no momento em que fundamenta o modelo de relacionamento sociedade-natureza que atende as expectativas da primeira.

Na realidade, qualquer que seja a corrente a que se filie o geógrafo, o método de investigação por ele adotado, dos fatos e fenômenos ditos geográficos, tem atendido acima de tudo à necessidade

do homem impor-se à realidade espacial. Quando este afirma ser “determinado” pelo ambiente, está acima de tudo legitimando a sua supremacia política ou econômica a partir de uma pretensa supremacia espacial. Nas teorias geográficas não há um reconhecimento explícito da necessidade de uma adaptação do homem às determinações espaciais, mas sim uma constatação da “origem” da diferenças. Ao colocar o espaço como produto social ele apenas reafirma, enfaticamente, a finalidade humana do espaço se o espaço é social, existe para o social.

A história da sociedade é também a história do espaço, a partir do momento em que aquela existe como tal. Nesta história, espaço e sociedade se colocam como combatentes. É comum a expressão “Homem versus Natureza” indicando a perspectiva em que o homem se coloca frente a sua própria fonte de vida. Na Antiguidade Clássica o homem observava o espaço para compreender a sociedade, enquanto hoje olha a sociedade para compreender o espaço parecendo que sempre houve uma complementariedade entre os dados e fatos ditos humanos e naturais. Na verdade, em todos os momentos prevaleceu uma perceptiva dualista do conhecimento geográfico, perspectiva esta que reflete uma concepção dicotômica natureza /sociedade e uma história (racional?) de combate permanente entre o meio e o homem.

BIBLIOGRAFIA

- BACON, Francis. Novum Organum e Nova Atlântida in **Os Pensadores Bacon**, 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- DESCARTES, René. O discurso do método in **Os Pensadores Descartes** 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HARVEY, David. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo Hucitec, 1984.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética: A idéia e o ideal** in Os Pensadores Hegel I, 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- IANNI, Octavio (Org). **Marx**, Coleção Grandes cientista sociais. São Paulo: Ática 1988.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus: 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MORAIS, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Sociedade e espaço: A informação como teoria e como método** in Espaço e Sociedade, Petrópolis: Vozes, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: Geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP 2004.

Tabalho enviado em junho de 2007

Trabalho aceito em agosto de 2007